

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Icomalpi Indústria de Máquinas Piva e Piva Ltda/Primos
Equipamentos Industriais Ltda
(Grupo Icom)



QUEM SOMOS NÓS?

A LFBoff foi idealizada com o propósito de trazer um novo modelo de assessoria para empresas, através de uma metodologia customizada e direcionada a resultados.

No mercado desde 2008, com trabalho pautado na ética e no profissionalismo, a LFBoff é uma empresa inovadora que facilita o dia a dia de seus clientes, gerando parcerias duradouras saudáveis.

Buscamos através de equipe multidisciplinar, composta por especialistas de diversas áreas, altamente qualificados, de larga experiência profissional e sólida formação acadêmica, que as melhorias alcançadas contribuam significativamente para a profissionalização da empresa, alcançando o sucesso desejado.

Nossa dedicação, experiência, seriedade, metodologia e resultados de sucesso alcançados demonstram o alto nível de profissionalismo da LFBoff.

Com foco direcionado na capacitação de equipes, nas áreas de finanças e controladoria, diagnóstico empresarial, projetos de viabilidade, reestruturação econômica-financeira, assessoria tributária e treinamentos corporativos, a LFBoff buscar implantar modernas técnicas de gestão e de indicadores de desempenho, de forma rápida e objetiva, permitindo a potencialização dos pontos fortes, minimizando riscos, tornando a tomada de decisão mais ágil, eficiente e eficaz para o gerenciamento do negócio.

1. Introdução

Considerando que, em razão da Recuperação Judicial, as *Recuperandas* buscam superar suas atuais crises econômico-financeiras e promover a reestruturação de suas atividades empresariais, este plano tem por finalidade:

1. Assegurar a continuidade e a regularidade das operações;
2. Permanecer como agente gerador de renda, tributos e postos de trabalho;
3. Reorganizar, de forma sustentável, o cumprimento de suas obrigações junto aos credores.

O propósito fundamental deste **PLANO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** é comprovar, de maneira clara e objetiva, a efetiva capacidade de recuperação, demonstrando sua aptidão operacional para atingir os objetivos estabelecidos, ao longo do horizonte temporal previsto, considerando-se as premissas aqui adotadas.

2. Delimitação do escopo

A opinião emitida pela LFBoff Assessoria Estratégica reflete apenas sua expectativa quanto às operações da empresa em recuperação judicial, com base em sua experiência técnica e nas informações analisadas. Assim, este relatório não constitui garantia de êxito na efetivação do plano de recuperação judicial apresentado. As análises e projeções contidas neste material estão sujeitas a incertezas e a fatores externos e internos, inclusive eventos imprevisíveis e circunstâncias alheias ao controle da própria companhia.

As estimativas poderão não se concretizar em razão de riscos inerentes ao mercado, variações climáticas, questões operacionais ou fatores conjunturais, cuja gestão é de inteira responsabilidade da administração da empresa. Este documento não deve ser interpretado como aconselhamento jurídico, nem como recomendação de investimento, concessão de crédito ou garantia de solvência ou adimplemento das *Recuperandas*.

Este material foi elaborado com base em informações fornecidas diretamente pelas empresas e em projeções internas revisadas por elas, além de dados públicos de mercado. A LFBOff Assessoria Estratégica não realizou auditoria independente ou validação das demonstrações financeiras apresentadas, sendo essas de responsabilidade exclusiva dos administradores da companhia. Tampouco é de sua competência revisar, auditar ou opinar tecnicamente sobre os dados financeiros fornecidos. Dessa forma, a LFBOff não assume qualquer obrigação ou responsabilidade pela veracidade, completude ou precisão das informações fornecidas, cuja responsabilização cabe exclusivamente às *Recuperandas*.

A LFBOff Assessoria Estratégica não poderá ser responsabilizada por eventuais prejuízos ou lucros cessantes de credores ou terceiros que venham a tomar decisões estratégicas com base neste documento, seja para fins de negociação com as *Recuperandas* ou para fins de aprovação do plano de recuperação. Qualquer decisão de voto ou posicionamento deverá ser pautado na análise independente de cada parte interessada, com o suporte técnico que julgar necessário.

Por fim, a LFBOff Assessoria Estratégica reserva-se o direito de revisar as projeções aqui contidas caso ocorram alterações significativas nas variáveis econômicas, operacionais, climáticas ou mercadológicas, inclusive em decorrência de ajustes no plano de recuperação judicial ou outras condições que impactem as premissas utilizadas no estudo.

3. As Recuperandas

Icomalpi Indústria de Máquinas Piva e Piva Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 09.174.356/0001-16, com sede na Rua A, S/N, Linha São Sebastião, município de Xanxerê/SC.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 09.174.356/0001-16 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/10/2007
NOME EMPRESARIAL ICOMALPI INDUSTRIA DE MAQUINAS PIVA E PIVA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ICOM HIDROMECHANICA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 28.69-1-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.32-2-02 - Aluguel de andaimes 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 28.29-1-99 - Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente 25.99-3-02 - Serviço de corte e dobra de metais 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras 25.39-0-02 - Serviços de tratamento e revestimento em metais 25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R A	NUMERO S/N	COMPLEMENTO *****	
CEP 89.820-000	BAIRRO/DISTRITO LINHA SAO SEBASTIAO	MUNICIPIO XANXERE	UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@ICOMHIDROMECHANICA.COM.BR		TELEFONE (49) 3433-9420	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL RECUPERACAO JUDICIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	09.174.356/0001-16
NOME EMPRESARIAL:	ICOMALPI INDUSTRIA DE MAQUINAS PIVA E PIVA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
CAPITAL SOCIAL:	R\$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CLAUDIO PIVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JOSE PIVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 29/07/2026 às 16:58:43 (data e hora de Brasília).

Primos Equipamentos Industriais Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 25.260.883/0001-08, com sede na Rua Reinaldo Fernandes Streb, nº 669 – Sala 01-, Bairro Primo Tacca, município de Xanxerê/SC.

 <p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</p>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.260.883/0001-08 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/07/2016
NOME EMPRESARIAL PRIMOS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PRIMOS EQUIPAMENTOS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 33.14-7-99 - Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R PORTO ALEGRE	NÚMERO 427 D	COMPLEMENTO SALA 708 EDIF LAZIO EXECUTIVO	
CEP 89.802-130	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CHAPECO	UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO PRIMOSEQUIPAMENTOS@GMAIL.COM		TELEFONE (49) 2020-0147	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL RECUPERACAO JUDICIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	25.260.883/0001-08
NOME EMPRESARIAL:	PRIMOS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
CAPITAL SOCIAL:	R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ELISANGELA PIVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 30/07/2026 às 09:02:57 (data e hora de Brasília).

O grupo construiu sua trajetória a partir do ano de 2007, quando José Piva e Valdecir Chilannti constituíram a Indústria e Comércio de Máquinas Alemão e Piva, na cidade de Catanduvás – SC. Desde sua origem, a empresa direcionou suas atividades à fabricação e comercialização de máquinas e equipamentos, inicialmente com atuação predominante no setor madeireiro, estruturando-se sob um modelo de gestão familiar e baseado na experiência técnica de seus fundadores.

Em 2009, após a retirada de Valdecir Chilannti do quadro societário, Ademir Piva, irmão de José Piva, ingressou na sociedade. Em decorrência dessa alteração, a empresa passou a adotar a denominação Icomalpi Indústria de Máquinas Piva e Piva. No mesmo período, foi inaugurada a primeira filial na cidade de Xanxerê – SC, movimento que representou uma importante etapa de expansão territorial e operacional. Posteriormente, Claudio também passou a integrar a sociedade, reforçando a natureza familiar da administração empresarial.

No ano de 2010, a unidade matriz localizada em Catanduvás foi incorporada à filial de Xanxerê, que passou a concentrar as principais atividades da empresa e a funcionar como sua nova sede. Embora a companhia ainda mantivesse operações destinadas ao setor madeireiro, já se observava uma mudança relevante

em seu posicionamento estratégico, com o crescimento progressivo das vendas de máquinas e equipamentos destinados ao setor de geração de energia, segmento que passou a assumir papel predominante em suas receitas.

O ano de 2011 representou um marco de maior visibilidade e reconhecimento para a companhia, especialmente em razão da celebração de um contrato de expressiva relevância com a Pequena Central Hidrelétrica Rio dos Índios. A operação ampliou a presença da empresa no mercado de geração de energia e demonstrou sua capacidade técnica para atender projetos de maior complexidade e porte.

Nesse mesmo contexto de expansão, buscando maior eficiência tributária e melhores condições de acesso a linhas de crédito, foi constituída a empresa Primos Equipamentos. A nova sociedade foi inicialmente formada por Meiry e Elisangela, filhas dos sócios Ademir Piva e José Piva, respectivamente. Posteriormente, com a retirada de Ademir Piva da estrutura societária do grupo, também foi ajustada a saída de Meiry da sociedade da Primos Equipamentos.

Entre os anos de 2014 e 2015, o crescimento das atividades operacionais passou a ser limitado pela insuficiência de espaço físico. Diante dessa necessidade, surgiu a oportunidade de participação em edital promovido pelo Poder Público municipal para a concessão de um terreno destinado à instalação da empresa. Após a obtenção da área, a companhia iniciou a implantação de uma nova estrutura, sendo nesse imóvel que atualmente se encontra localizada sua matriz.

Contudo, entre 2015 e 2016, o setor de geração de energia atravessou um período de retração, afetando diretamente o volume de negócios, a estabilidade financeira e a própria composição societária da companhia. Ao mesmo tempo, a empresa enfrentava o risco de perder o terreno obtido por meio do edital

caso não cumprisse as obrigações relacionadas à implantação da unidade industrial dentro das condições e dos prazos estabelecidos.

Nesse cenário, parte da construção do novo barracão foi viabilizada por meio de financiamento, enquanto a parcela restante foi custeada com recursos provenientes do capital de giro da própria empresa. Embora necessária para preservar o imóvel e garantir a continuidade do projeto de expansão, essa decisão provocou severa redução da liquidez operacional, comprometendo recursos que seriam utilizados no financiamento das atividades correntes e contribuindo para o aumento do endividamento empresarial.

A partir de 2016, buscando maior eficiência tributária, ampliação da presença comercial e melhor posicionamento logístico, o grupo promoveu nova expansão por meio da abertura de três filiais, localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná. A estruturação dessas unidades permitiu à companhia alcançar novos mercados e ampliar sua área de atuação, mas também elevou os custos fixos, as despesas administrativas e a complexidade de gestão do grupo econômico.

No período compreendido entre 2016 e 2025, embora a Icomalpi tenha preservado sua capacidade produtiva e mantido reputação estável no mercado, passou a enfrentar dificuldades para contratar com clientes de maior porte. Essa limitação reduziu o acesso a projetos mais expressivos e restringiu a possibilidade de obtenção de contratos capazes de proporcionar maior escala, previsibilidade de receitas e recuperação das margens operacionais.

Diante desse contexto, verifica-se que a crise econômico-financeira do grupo decorreu da sobreposição de diversos fatores ao longo de sua trajetória, entre os quais se destacam a retração do setor de geração de energia, os elevados investimentos realizados na implantação da atual unidade industrial, o emprego de recursos do capital de giro na construção do barracão, a expansão territorial por meio da abertura de filiais e a dificuldade de acesso a contratos com grandes clientes. A conjugação desses elementos provocou deterioração gradual da liquidez e aumento substancial do passivo empresarial.

A trajetória do grupo evidencia, contudo, uma empresa com relevante capacidade técnica, experiência acumulada na fabricação de máquinas e equipamentos e presença consolidada nos setores madeireiro e de geração de energia. Sua história demonstra aptidão para desenvolver projetos de maior complexidade, ampliar mercados e adaptar sua estrutura operacional às oportunidades surgidas ao longo dos anos.

Nesse sentido, o emprego de instrumentos legais de reestruturação, inclusive mediante Recuperação Judicial, mostra-se potencialmente adequado para proporcionar o ambiente necessário à renegociação do passivo, à reorganização das operações e à continuidade das atividades empresariais. A preservação do grupo representa não apenas a manutenção de uma unidade produtiva com quase duas décadas de atuação, mas também a proteção de sua função social, de sua cadeia de fornecedores, de seus colaboradores e da atividade econômica desenvolvida nas regiões em que o grupo está inserido.

3.1.1 Relato da crise e contexto mercantil

Apesar da trajetória de crescimento construída desde 2007 e da experiência adquirida na fabricação de máquinas e equipamentos para os setores madeireiro e de geração de energia, as *recuperandas* passaram a enfrentar uma crise econômico-financeira decorrente da combinação de fatores operacionais, societários, financeiros e mercadológicos que comprometeram sua liquidez e capacidade de pagamento.

A expansão das atividades tornou insuficiente a estrutura física então disponível, levando a empresa, entre 2014 e 2015, a obter, por meio de edital público, um terreno destinado à instalação de sua atual matriz. Para cumprir as condições estabelecidas e evitar a perda do imóvel, a construção do novo barracão foi parcialmente financiada e parcialmente custeada com recursos do próprio capital de giro.

Embora necessária à continuidade e ao crescimento das operações, essa decisão reduziu de forma significativa a disponibilidade financeira da companhia. Recursos destinados à aquisição de matérias-primas, ao pagamento de fornecedores e à manutenção das atividades correntes foram direcionados à implantação da nova unidade, aumentando a dependência de crédito e contribuindo para o endividamento.

Esse processo coincidiu com a crise enfrentada pelo setor de geração de energia entre 2015 e 2016. A retração de investimentos e a redução de novos projetos afetaram diretamente a demanda por máquinas e equipamentos, justamente quando esse segmento já representava parcela relevante do faturamento da empresa. A queda das vendas, somada aos investimentos realizados na nova estrutura, aprofundou o desequilíbrio financeiro.

No contexto mercantil, embora o setor metalúrgico permaneça aquecido e apresente oportunidades de crescimento, as empresas enfrentam exigências cada vez maiores relacionadas à qualificação profissional, atualização tecnológica, inovação, sustentabilidade ambiental e competitividade internacional. A escassez de mão de obra especializada eleva os custos de contratação e retenção de profissionais, enquanto a evolução dos processos industriais exige investimentos contínuos em equipamentos, automação, engenharia, sistemas de controle e capacitação técnica.

A crescente demanda por novas ligas metálicas, materiais de maior desempenho e soluções industriais mais eficientes representa uma oportunidade para o grupo, mas também impõe a necessidade de constante modernização. A atual limitação de capital reduz a capacidade da empresa de acompanhar essas transformações e competir em igualdade de condições com fabricantes de maior porte.

A companhia também enfrenta dificuldades para contratar com grandes clientes, cujas exigências financeiras, técnicas, documentais e operacionais demandam elevada capacidade de investimento, oferta de garantias e condições comerciais mais extensas. Essa restrição limita o acesso a projetos de maior valor e reduz a possibilidade de diluição dos custos fixos.

Atualmente, o grupo apresenta elevado endividamento e opera com margens de lucro inferiores a 5%, situação agravada pela perspectiva de redução das vendas. Esse nível de rentabilidade é insuficiente para absorver aumentos nos custos de matérias-primas, mão de obra, logística, encargos financeiros e atualização tecnológica, especialmente em uma atividade industrial que exige desembolsos antecipados e possui ciclos produtivos prolongados.

A crise da Icomalpi e da Primos decorre, portanto, da sobreposição de fatores como os investimentos realizados na construção da nova matriz, a utilização do capital de giro, a retração do setor de geração de energia, a expansão das unidades operacionais, as alterações societárias e as crescentes exigências do mercado. Esses elementos provocaram um descompasso entre o passivo acumulado e a capacidade corrente de geração de caixa.

Não se trata, contudo, de ausência de mercado ou de inviabilidade da atividade empresarial. O grupo mantém estrutura produtiva, experiência técnica, reputação comercial e capacidade de atuação em setores estratégicos da economia. Sua dificuldade está concentrada no endividamento acumulado e na insuficiência de recursos para financiar adequadamente suas operações e os investimentos necessários à manutenção da competitividade.

Nesse cenário, a Recuperação Judicial apresenta-se como instrumento adequado para o equacionamento do passivo, a reorganização do fluxo de caixa e a preservação da atividade produtiva. A renegociação ordenada das obrigações permitirá direcionar recursos à manutenção das operações, à recomposição do capital de giro e à modernização da empresa.

Com a implementação de medidas de controle financeiro, redução de custos, aperfeiçoamento da gestão e priorização de contratos mais rentáveis, o grupo possui condições de superar a crise, restabelecer seu equilíbrio econômico e preservar sua função social, os postos de trabalho e as relações mantidas com fornecedores, clientes e credores.

4. Ativos Imobilizados

Os documentos contábeis se encontram disponibilizados no Laudo de Avaliação de Ativos do Plano de Recuperação Judicial.

5. Quadro de credores

CLASSES	VALOR DOS CRÉDITOS	% REPRESENT
Classe I	R\$ 1.548.108,92	63,58%
Classe III	R\$ 458.229,01	18,82%
Classe IV	R\$ 428.750,90	17,61%
	R\$ 2.435.088,83	100%

6. Projeções econômicas e financeiras

As projeções apresentadas foram elaboradas com base no histórico operacional da empresa nos últimos anos, aliadas ao conhecimento técnico dos sócios, gestores e demais profissionais envolvidos, além de dados de mercado, controles gerenciais internos, estimativas de inflação e comportamento de consumo.

Os demonstrativos abrangem os fluxos operacionais, investimentos e provisões para desembolso relativas aos credores incluídos no processo de recuperação judicial, de modo a refletir adequadamente os resultados líquidos esperados com a continuidade das operações.

Optou-se por adotar premissas conservadoras na elaboração das projeções, em razão do cenário de instabilidade enfrentado pelas *Recuperandas*, bem como das incertezas do ambiente econômico e do alto grau de competitividade do mercado, entre outros fatores.

A seguir, será apresentada a projeção gráfica das receitas estimadas para os próximos exercícios, considerando uma abordagem conservadora, levando em conta as especificidades do negócio, o contexto econômico atual – tanto nacional quanto internacional –, além das possíveis oscilações cambiais e demais variáveis relevantes.

Considera-se tal postura como prudente e necessária para mitigar riscos e viabilizar o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito da recuperação judicial, abrangendo tanto as operações econômicas regulares das empresas quanto os passivos não sujeitos à recuperação.

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

A elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) projetada foi estruturada com base em premissas econômicas, financeiras e operacionais compatíveis com a realidade da empresa e com as informações disponíveis para o exercício de 2025. O horizonte de projeção compreende dezoito anos, permitindo avaliar a evolução da atividade empresarial, a capacidade de geração de resultados e a sustentabilidade econômico-financeira da operação ao longo do período analisado.

CONTA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	TOTAL	%		
(+) RECEITA BRUTA DE VENDAS	21.415.668	22.058.118	22.719.882	23.401.479	24.103.523	24.810.523	25.523.623	26.242.623	26.967.723	27.698.723	28.435.823	29.178.823	29.926.923	30.680.923	31.440.023	32.204.023	32.973.123	33.747.123	34.526.223	472.044.489	99%	
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS	(3.512.170)	(3.617.535)	(3.726.061)	(3.837.842)	(3.952.978)	(4.071.523)	(4.192.573)	(4.316.123)	(4.443.173)	(4.573.723)	(4.707.273)	(4.843.823)	(4.983.373)	(5.125.923)	(5.271.473)	(5.420.023)	(5.571.573)	(5.726.123)	(5.883.673)	(6.044.223)	-36,4%	
(-) DESPESAS VARIÁVEIS DE VENDA	(321.235)	(330.872)	(340.798)	(351.022)	(361.553)	(372.388)	(383.523)	(394.958)	(406.693)	(419.728)	(433.163)	(446.998)	(461.233)	(475.968)	(491.103)	(506.738)	(522.973)	(539.808)	(557.243)	(575.278)	-15,0%	
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17.582.263	18.109.712	18.651.673	19.212.614	19.789.022	20.379.022	20.983.022	21.591.522	22.204.522	22.832.022	23.474.022	24.130.022	24.800.022	25.484.022	26.182.022	26.894.022	27.619.022	28.357.022	29.107.022	29.870.022	350.603.523	82,4%
(-) CPV	(9.080.248)	(9.352.651)	(9.633.230)	(9.922.227)	(10.219.894)	(10.524.227)	(10.835.322)	(11.153.072)	(11.477.467)	(11.808.512)	(12.146.207)	(12.490.552)	(12.841.547)	(13.199.192)	(13.563.487)	(13.934.532)	(14.302.327)	(14.676.872)	(15.058.267)	(15.446.512)	-42,4%	
(=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	8.502.015	8.757.061	9.019.793	9.290.387	9.569.098	9.854.795	10.153.700	10.465.450	10.790.060	11.129.510	11.483.510	11.851.510	12.233.510	12.630.022	13.042.022	13.469.022	13.901.022	14.348.022	14.800.022	15.257.022	169.538.662	39,3%
(-) MÃO-DE-OBRA	(1.723.624)	(1.809.805)	(1.900.295)	(1.995.310)	(2.095.075)	(2.200.500)	(2.307.695)	(2.416.670)	(2.527.545)	(2.640.420)	(2.755.295)	(2.872.170)	(2.991.045)	(3.111.920)	(3.234.795)	(3.359.670)	(3.486.545)	(3.615.420)	(3.746.295)	(3.879.170)	-4,8%	
(-) CUSTO FIXO	(3.725.625)	(3.837.394)	(3.952.516)	(4.071.091)	(4.193.224)	(4.316.924)	(4.442.274)	(4.569.274)	(4.697.924)	(4.828.224)	(4.960.274)	(5.094.024)	(5.230.474)	(5.368.624)	(5.508.474)	(5.650.024)	(5.793.274)	(5.938.124)	(6.084.574)	(6.232.624)	-17,4%	
(=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO II	3.052.771	3.109.882	3.166.982	3.223.986	3.280.799	3.337.325	3.393.675	3.449.875	3.505.925	3.561.825	3.617.575	3.673.175	3.728.625	3.783.925	3.839.075	3.894.075	3.948.925	4.003.675	4.058.325	4.112.875	58.484.815	13,2%
(-) MÃO-DE-OBRA INDIRETA	(1.739.584)	(1.738.563)	(1.300.491)	(1.365.516)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	(1.433.791)	-5,8%	
(-) DESPESAS FIXAS	(657.177)	(676.892)	(697.199)	(718.115)	(739.658)	(759.658)	(779.658)	(799.658)	(819.658)	(839.658)	(859.658)	(879.658)	(899.658)	(919.658)	(939.658)	(959.658)	(979.658)	(999.658)	(1.019.658)	(1.039.658)	-13,1%	
(=) RESULT. OPERACIONAL (EBITDA)	3.216.011	3.194.427	3.169.293	3.140.356	3.107.350	3.073.325	3.039.325	3.005.325	2.971.325	2.937.325	2.903.325	2.869.325	2.835.325	2.801.325	2.767.325	2.733.325	2.699.325	2.665.325	2.631.325	2.597.325	20.222.984	4,7%
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	(44.007)	(117.159)	(117.159)	(121.552)	(121.442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	(121,442)	-0,3%	
(=) RESULTADO ANTES DEP.	1.172.004	1.077.268	1.052.134	1.018.804	985.908	957.993	926.000	894.000	862.000	830.000	798.000	766.000	734.000	702.000	670.000	638.000	606.000	574.000	542.000	510.000	1.139.262	4,9%
(-) DEPRECIAÇÃO	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	-0,1%	
(=) RESULT. ANTES DOS IMPOSTOS	1.157.004	1.062.268	1.037.134	1.003.804	970.908	942.993	911.000	879.000	847.000	815.000	783.000	751.000	719.000	687.000	655.000	623.000	591.000	559.000	527.000	495.000	1.089.262	4,4%
(-) IRPJ	(393.381)	(361.171)	(352.625)	(341.293)	(330.109)	(318.109)	(306.109)	(294.109)	(282.109)	(270.109)	(258.109)	(246.109)	(234.109)	(222.109)	(210.109)	(198.109)	(186.109)	(174.109)	(162.109)	(150.109)	1.139.262	4,9%
(-) CSLL	(104.130)	(95.604)	(93.342)	(90.342)	(87.382)	(84.382)	(81.382)	(78.382)	(75.382)	(72.382)	(69.382)	(66.382)	(63.382)	(60.382)	(57.382)	(54.382)	(51.382)	(48.382)	(45.382)	(42.382)	1.139.262	4,9%
(=) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	659.492	605.493	591.166	572.168	553.417	534.480	515.480	496.480	477.480	458.480	439.480	420.480	401.480	382.480	363.480	344.480	325.480	306.480	287.480	268.480	10.755.479	2,3%
PONTO DE EQUILÍBRIO OPERACIONAL	18.352.668	19.048.505	19.774.561	20.529.046	21.314.229	22.134.229	22.984.229	23.864.229	24.774.229	25.714.229	26.684.229	27.684.229	28.714.229	29.774.229	30.864.229	31.984.229	33.134.229	34.314.229	35.524.229	36.764.229		
PONTO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	18.463.518	19.344.616	20.069.671	20.835.222	21.620.128	22.434.852	23.279.302	24.153.572	25.057.672	25.991.602	26.955.372	27.949.002	28.972.502	30.025.972	31.109.422	32.222.852	33.366.272	34.539.682	35.743.082	36.976.472		
PONTO DE EQUILÍBRIO GERAL	19.716.695	20.495.183	21.193.015	21.922.466	22.671.741	23.441.583	24.241.965	25.072.857	25.934.267	26.826.102	27.748.472	28.691.387	29.664.857	30.668.992	31.703.807	32.769.202	33.865.177	34.991.742	36.148.997	37.336.952		

A receita operacional foi projetada a partir das receitas constantes nas pro-formas de 2025, considerando-se crescimento nominal de 3,0% ao ano até o quinto exercício. A partir desse período, adotou-se a estabilização do faturamento, sem novos incrementos nominais, conferindo caráter prudente à projeção e evitando a consideração de crescimento extraordinário ou de receitas não sustentadas pelas informações atualmente disponíveis.

Os custos variáveis foram projetados com base nos custos apurados nas fichas técnicas de 2025, utilizando-se como referência o método de custeio variável direto. Sua evolução acompanha proporcionalmente o crescimento da receita projetada, preservando a correlação entre o nível de atividade da empresa, o faturamento e os gastos diretamente relacionados à produção e à execução das operações. Dessa forma, mantém-se ao longo do período uma relação coerente entre receita, custos variáveis e margem de contribuição.

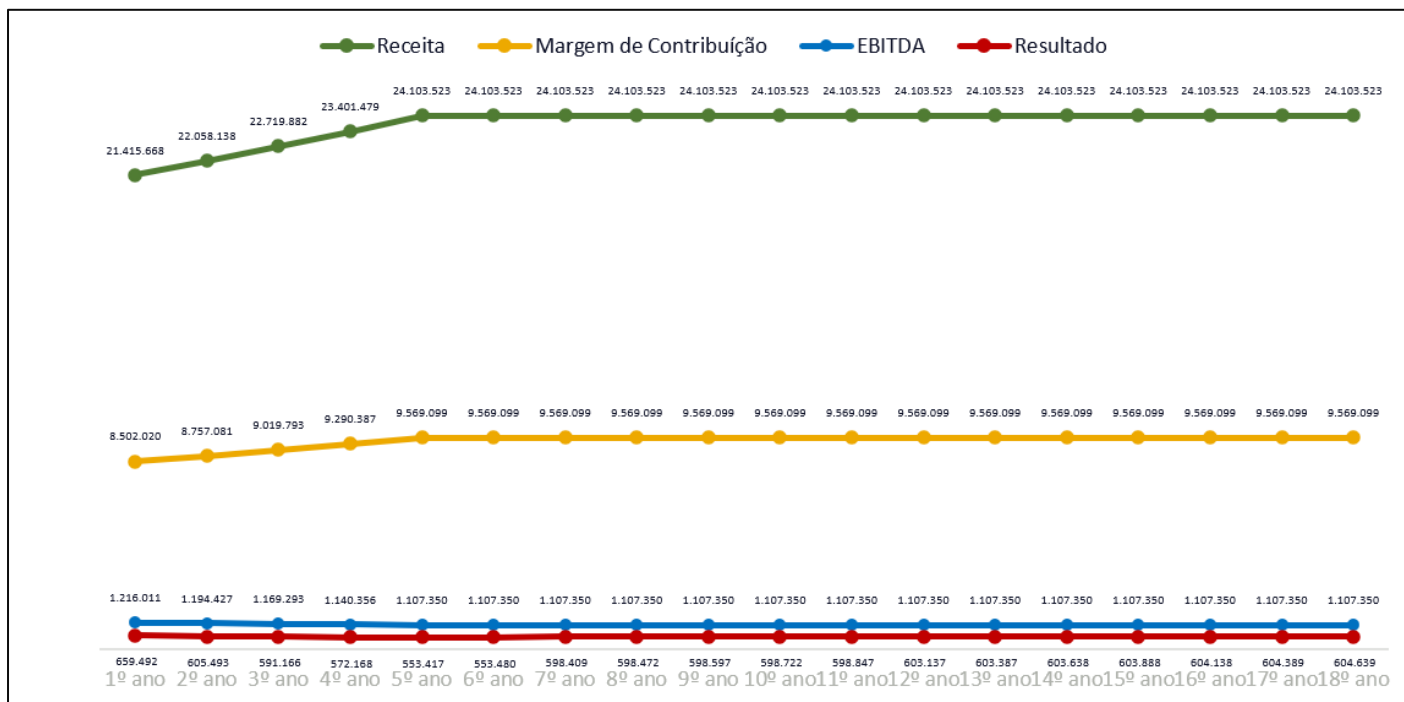
Quanto aos custos e às despesas fixas, foram considerados como base os valores correspondentes ao exercício de 2025, reajustados nominalmente em 3,0% ao ano até o quinto exercício. A partir do sexto ano, os valores permanecem estabilizados, refletindo a expectativa de manutenção da estrutura operacional e administrativa da empresa, associada à adoção de medidas de controle e racionalização dos gastos durante o período projetado.

As despesas com mão de obra foram projetadas com base no quadro funcional previsto para 2026, aplicando-se incremento nominal de 5,0% ao ano até o quinto exercício e estabilidade nos períodos posteriores. O percentual adotado busca contemplar a evolução dos custos relacionados à remuneração, encargos trabalhistas, reajustes salariais e demais reflexos inerentes à manutenção da estrutura de pessoal necessária ao desenvolvimento das atividades empresariais.

No tocante à tributação, a projeção contempla os tributos incidentes sobre as vendas, bem como as provisões relativas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme os valores e critérios demonstrados na própria DRE projetada. Dessa forma, os resultados apresentados incorporam os principais efeitos tributários decorrentes do faturamento e da geração de resultado da empresa.

O resultado financeiro considera as despesas bancárias e financeiras correntes necessárias à manutenção das atividades empresariais, bem como os encargos relacionados às obrigações submetidas à recuperação judicial e às renegociações tributárias. A consideração desses valores permite mensurar de maneira mais adequada o impacto do endividamento e dos compromissos financeiros sobre o resultado da empresa ao longo do período de reestruturação.

Em relação aos passivos extraconcursais de natureza tributária, a projeção considera a adoção de estratégias específicas de regularização conforme a natureza de cada obrigação. Para os tributos federais, foram consideradas renegociações tributárias individualizadas, buscando condições compatíveis com a capacidade financeira da empresa. Para os tributos estaduais e municipais, foram consideradas modalidades ordinárias de parcelamento e renegociação, observadas as condições disponibilizadas pelos respectivos entes tributantes.



As projeções demonstram uma evolução gradual da receita durante os primeiros cinco anos, acompanhada pelo crescimento proporcional dos custos variáveis, dos custos e despesas fixas e das despesas com mão de obra, conforme os percentuais estabelecidos. A partir do sexto exercício, adota-se a estabilização das principais variáveis operacionais, permitindo analisar a capacidade de geração de resultados da empresa em um cenário de manutenção de sua estrutura econômica e operacional.

O modelo adotado apresenta caráter prudente, uma vez que não considera crescimento adicional da receita após o quinto exercício, tampouco receitas extraordinárias ou ganhos operacionais não previstos nas premissas utilizadas. Dessa forma, a DRE projetada busca representar, de maneira objetiva e conservadora, a capacidade econômica da empresa durante os dezoito anos analisados, considerando a manutenção da atividade operacional, o controle de custos e despesas e a adequada reorganização de suas obrigações financeiras e tributárias.

6.1 Considerações sobre as projeções

I — No primeiro ano projetado, a Icom estima receita bruta de aproximadamente R\$ 21,42 milhões, EBITDA de R\$ 1,22 milhão e resultado líquido de R\$ 641,55 mil. As margens EBITDA e líquida correspondem a 5,68% e 3,00% da receita bruta, respectivamente, evidenciando capacidade de geração operacional positiva desde o início do período analisado.

II — Entre o primeiro e o quinto ano, a receita bruta apresenta crescimento nominal de 3,0% ao ano, alcançando aproximadamente R\$ 24,10 milhões. Apesar da expansão do faturamento, o EBITDA apresenta redução gradual, passando de R\$ 1,22 milhão para R\$ 1,11 milhão, com compressão da margem EBITDA de 5,68% para 4,59%. Esse comportamento decorre, principalmente, do crescimento dos custos com mão de obra em ritmo superior à evolução da receita, pressionando a rentabilidade operacional durante os primeiros exercícios.

III — O resultado líquido permanece positivo durante todo o horizonte de projeção. No período inicial, passa de R\$ 641,55 mil no primeiro ano para R\$ 541,08 mil no quinto exercício. A partir do sexto ano, estabiliza-se em aproximadamente R\$ 598,40 mil anuais, correspondendo a cerca de 2,25% da receita bruta, demonstrando a manutenção da capacidade de geração de resultado mesmo após a estabilização das operações.

IV — A partir do quinto ano, a receita bruta e o EBITDA permanecem estabilizados em aproximadamente R\$ 24,10 milhões e R\$ 1,11 milhão, respectivamente. Nesse período, a redução progressiva das despesas financeiras contribui para a preservação da rentabilidade líquida, compensando parcialmente a menor margem operacional e favorecendo a manutenção de resultados positivos ao longo do horizonte projetado.

V — No acumulado dos dezoito anos, as projeções indicam receita bruta total de aproximadamente R\$ 427,04 milhões, EBITDA acumulado de R\$ 20,22 milhões e resultado líquido de aproximadamente R\$ 10,70 milhões. As margens acumuladas correspondem a 4,74% para o EBITDA e aproximadamente 2,50% para o resultado líquido, demonstrando uma operação economicamente positiva, embora caracterizada por margens relativamente reduzidas.

VI — A concretização dos resultados projetados está condicionada à manutenção das premissas estabelecidas para faturamento, custos e despesas, bem como à regularidade das obrigações tributárias e ao cumprimento das condições previstas no Plano de Recuperação Judicial. Alterações relevantes no nível de receitas, na estrutura de custos ou nas condições de renegociação das obrigações poderão impactar diretamente a capacidade econômico-financeira projetada.

VII — Os principais pontos de atenção concentram-se nos primeiros seis anos do período projetado, especialmente em razão da compressão da margem operacional até o quinto exercício e da necessidade de compatibilizar os desembolsos financeiros com a capacidade de geração de caixa da empresa. Nesse intervalo, será fundamental a manutenção de uma gestão rigorosa dos custos e despesas, do capital de giro e dos compromissos financeiros, de forma a preservar a liquidez, a continuidade das operações e o cumprimento das obrigações assumidas no processo de recuperação judicial.

Fluxo de Caixa Projetado

O fluxo de caixa projetado foi elaborado em conformidade com as premissas estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, contemplando os pagamentos destinados aos credores concursais, as obrigações decorrentes das renegociações tributárias, os passivos extraconcursais e os demais encargos financeiros previstos ao longo dos dezoito anos de projeção.

A atualização monetária das obrigações sujeitas à recuperação judicial considera encargos de 6,0% ao ano, acrescidos da variação estimada da Taxa Referencial (TR). Para fins de projeção, foi adotada como referência a taxa observada nos últimos 12 meses, destacando-se que sua evolução futura está sujeita a alterações ao longo do período projetado, podendo impactar os valores efetivamente desembolsados.

FLUXO DE CAIXA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	Total
(=) EBITDA	1.216.011	1.194.427	1.169.293	1.140.356	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	1.107.350	20.222.984
(-) IRPJ E CSLL	(497.512)	(456.775)	(445.968)	(431.636)	(417.490)	(417.538)	(451.431)	(451.479)	(451.573)	(451.667)	(451.762)	(454.998)	(455.187)	(455.376)	(455.565)	(455.754)	(455.942)	(456.131)	(8.113.782)
(=) FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	718.499	737.652	723.325	708.720	689.860	689.812	655.918	655.871	655.777	655.682	655.588	652.352	652.163	651.974	651.785	651.596	651.407	651.218	12.109.201
(-) AMORTIZAÇÕES	(587.039)	(675.031)	(675.031)	(662.122)	(645.577)	(645.577)	(83.341)	(90.494)	(86.978)	(86.978)	(86.978)	(86.978)	(86.978)	(86.978)	(86.978)	(86.978)	(86.978)	(86.978)	(4.426.972)
(-) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (EXTRACONCURSAIS)	(33.091)	(60.611)	(60.611)	(44.065)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(391.018)
BB 372901		(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(27.520)	(275.200)
SICREDI CS1530930-0	(33.091)	(33.091)	(33.091)	(16.545)															(115.818)
(-) RENEGOCIAÇÃO TRIBUTÁRIA	(614.420)	(614.420)	(614.420)	(614.420)	(614.420)	(614.420)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(3.333.021)
Parcelamento PGFN IN 6.757/22	(603.201)	(603.201)	(603.201)	(603.201)	(603.201)	(603.201)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(52.184)	(3.276.927)
Parcelamento Ordinário da SEF/SC	(4.488)	(4.488)	(4.488)	(4.488)	(4.488)	(4.488)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.438)
Parcelamento de ISS	(6.731)	(6.731)	(6.731)	(6.731)	(6.731)	(6.731)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.656)
(-) RECUPERAÇÃO JUDICIAL	(553.948)	-	-	(3.637)	(3.637)	(3.637)	(3.637)	(10.789)	(7.273)	(7.273)	(7.273)	(14.547)	(14.547)	(14.547)	(14.547)	(14.547)	(14.547)	(14.547)	(702.933)
Classe I	(426.069)																		(426.069)
Classe I até 5 salários mínimos	(127.879)																		(127.879)
Classe III				(1.879)	(1.879)	(1.879)	(1.879)	(3.758)	(3.758)	(3.758)	(3.758)	(7.515)	(7.515)	(7.515)	(7.515)	(7.515)	(7.515)	(7.515)	(75.152)
Classe IV				(1.758)	(1.758)	(1.758)	(1.758)	(7.032)	(3.516)	(3.516)	(3.516)	(7.032)	(7.032)	(7.032)	(7.032)	(7.032)	(7.032)	(7.032)	(73.833)
(-) DESP. FINANCEIRAS	(44.007)	(117.159)	(117.159)	(121.552)	(121.442)	(121.332)	(42.509)	(42.400)	(42.180)	(41.960)	(41.741)	(34.215)	(33.776)	(33.337)	(32.897)	(32.458)	(32.019)	(31.579)	(1.083.722)
(-) RENEGOCIAÇÃO TRIBUTÁRIA	-	(86.019)	(86.019)	(86.019)	(86.019)	(86.019)	(7.306)	(7.306)	(7.306)	(7.306)	(7.306)	-	-	-	-	-	-	-	(466.623)
(-) RECUPERAÇÃO JUDICIAL	(12.867)	-	-	(4.393)	(4.283)	(4.173)	(4.064)	(3.954)	(3.734)	(3.515)	(3.295)	(3.075)	(2.636)	(2.197)	(1.757)	(1.318)	(879)	(439)	(56.579)
(-) OUTRAS DESPESAS	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(31.140)	(560.520)
(=) FLUXO DE CAIXA FINANCIAMENTOS	(631.046)	(792.190)	(792.190)	(783.674)	(767.019)	(766.909)	(125.850)	(132.893)	(129.158)	(128.938)	(128.718)	(48.762)	(48.323)	(47.883)	(47.444)	(47.005)	(46.566)	(46.126)	(5.510.694)
(-) FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO	87.453	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	34.393	6.598.507
(=) SALDO INICIAL	87.453	87.453	32.915	(35.949)	(110.903)	(188.062)	(265.159)	264.909	787.887	1.314.506	1.841.250	2.368.120	2.971.710	3.575.550	4.179.641	4.783.982	5.388.573	5.993.415	
(=) FLUXO DE CAIXA ACUMULADO	87.453	32.915	(35.949)	(110.903)	(188.062)	(265.159)	264.909	787.887	1.314.506	1.841.250	2.368.120	2.971.710	3.575.550	4.179.641	4.783.982	5.388.573	5.993.415	6.598.507	

A projeção foi estruturada pelo método indireto, com segregação entre o fluxo de caixa operacional e o fluxo de caixa de financiamentos. O fluxo operacional corresponde ao EBITDA deduzido das provisões de IRPJ e CSLL, representando a capacidade de geração de caixa das atividades empresariais antes dos desembolsos relacionados ao endividamento, às amortizações e às demais despesas financeiras.

O fluxo de caixa de financiamentos contempla as amortizações dos passivos, os pagamentos previstos no Plano de Recuperação Judicial, as obrigações decorrentes da renegociação tributária, os encargos financeiros incidentes sobre os passivos e as demais despesas recorrentes vinculadas à estrutura financeira da empresa.

Nos seis primeiros anos da projeção, observa-se maior pressão sobre o caixa em razão da concentração dos pagamentos tributários, concursais e extraconcursais. O fluxo de caixa líquido projetado corresponde a R\$ 87,40 mil no primeiro ano, seguido por déficit de R\$ 54,53 mil no segundo ano, R\$ 68,88 mil no terceiro, R\$ 74,95 mil no quarto e aproximadamente R\$ 77,10 mil negativos no quinto e no sexto exercício.

Em decorrência dessa concentração de desembolsos, o saldo acumulado de caixa atinge seu ponto mínimo no sexto ano, alcançando aproximadamente R\$ 265,10 mil negativos. Esse montante representa a necessidade máxima de cobertura financeira identificada na projeção, caso a empresa não disponha de saldo inicial de caixa suficiente ou de fontes adicionais de capital de giro para absorver os déficits temporários verificados nesse período.

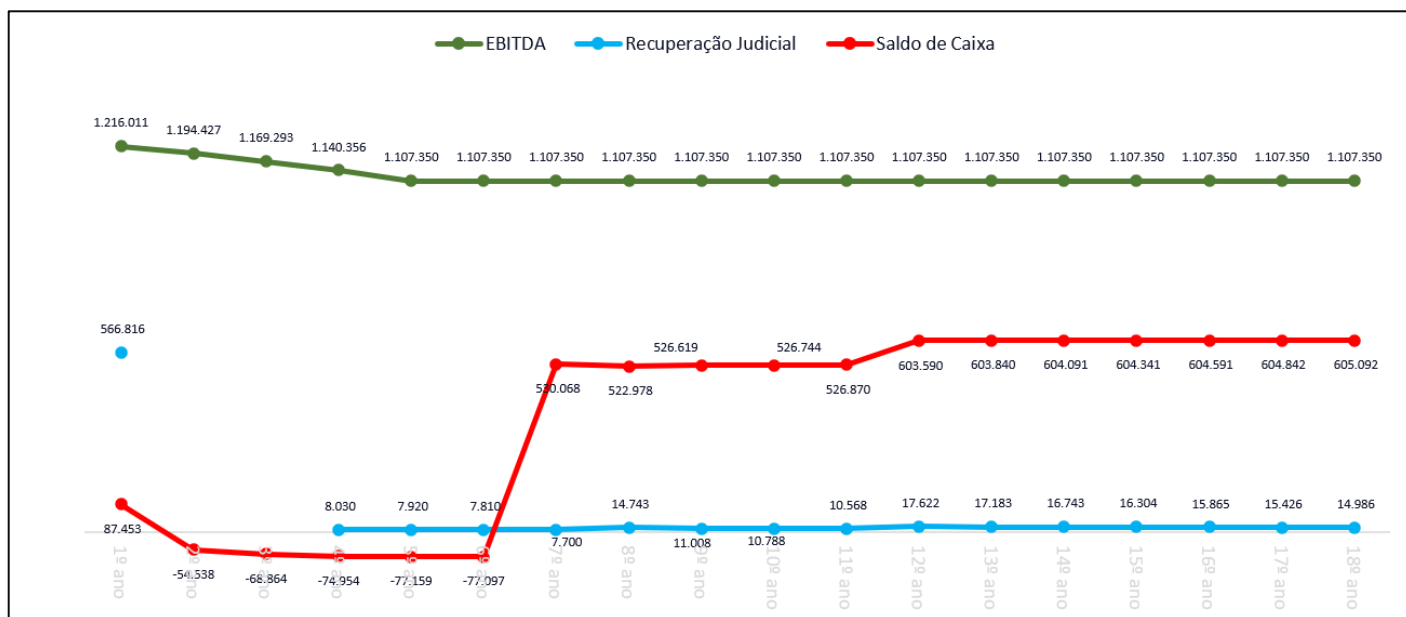
A partir do sétimo ano, com a redução substancial das amortizações tributárias e dos demais compromissos financeiros mais concentrados nos exercícios iniciais, o fluxo de caixa líquido passa a superar R\$ 530 mil anuais. Essa recuperação permite a recomposição do saldo acumulado já no próprio sétimo exercício, iniciando uma trajetória de formação crescente de disponibilidade financeira ao longo dos anos subsequentes.

Ao final do décimo oitavo ano, o fluxo de caixa acumulado alcança aproximadamente R\$ 6,59 milhões, evidenciando que, após o período inicial de maior pressão financeira, a empresa passa a apresentar capacidade consistente de recomposição e geração de caixa.

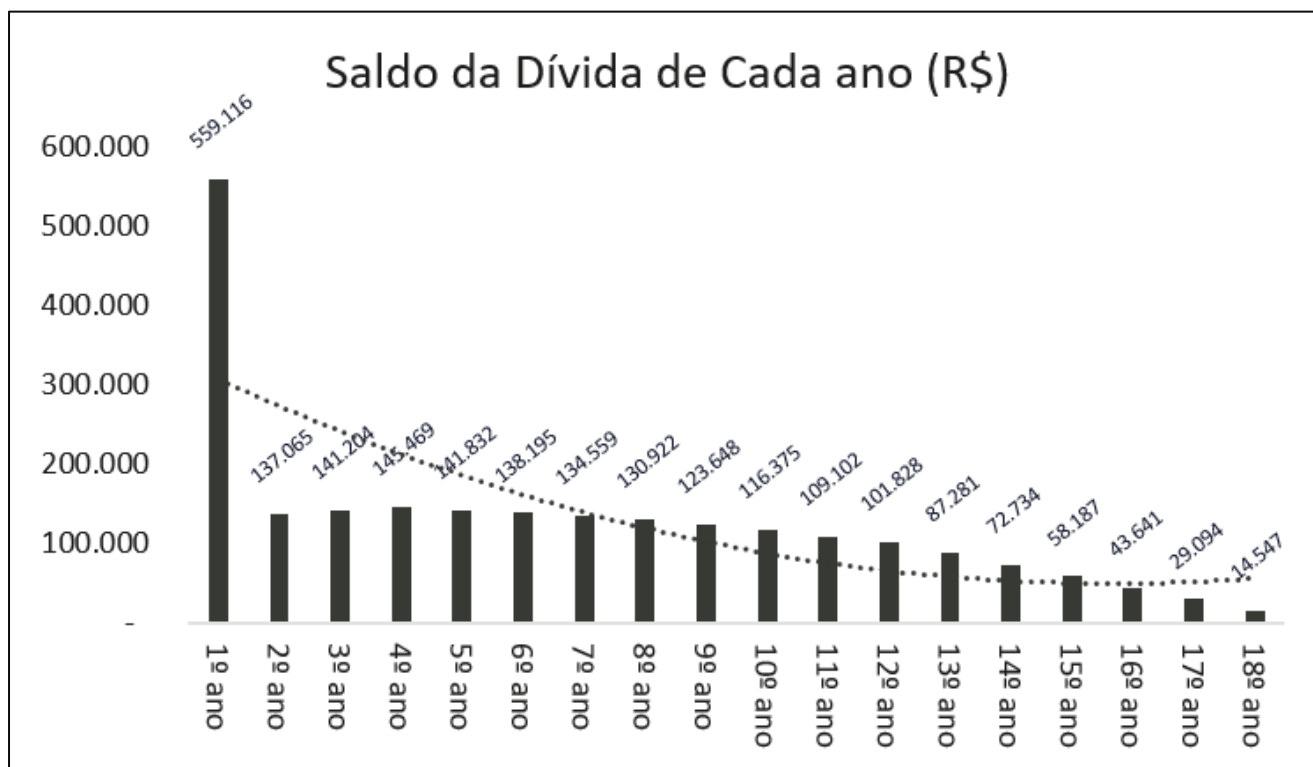
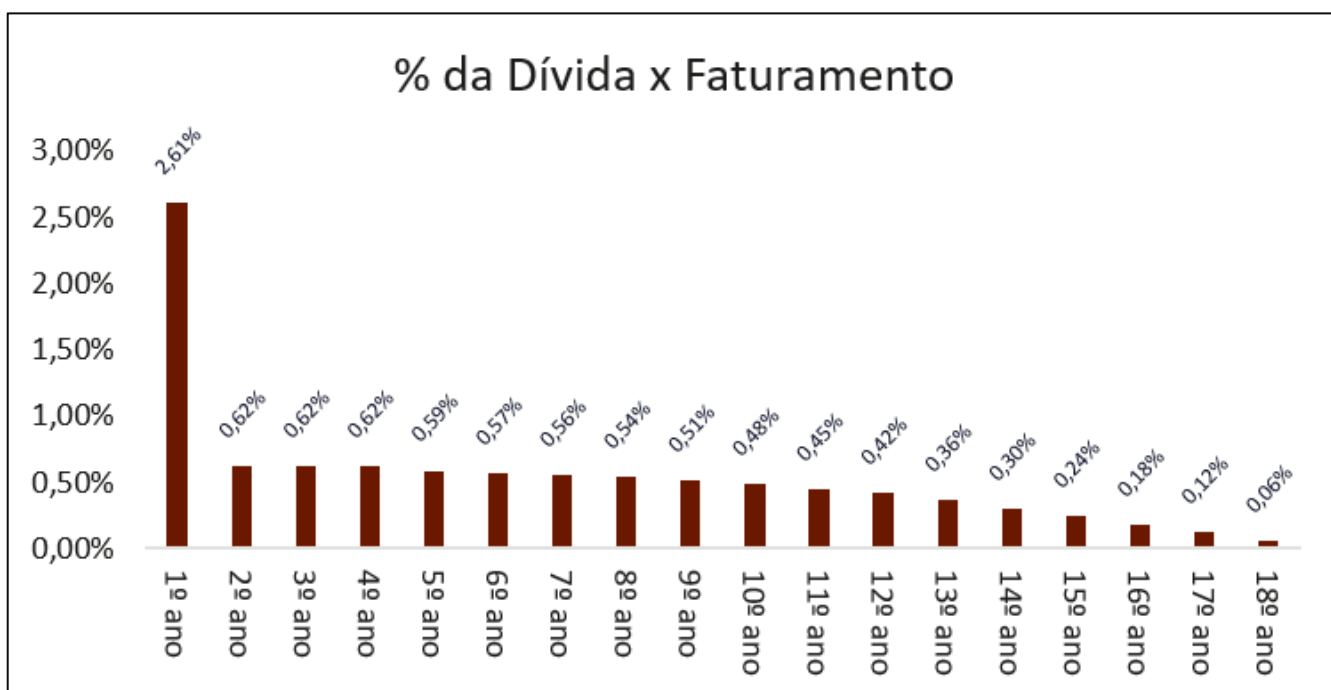
Os desembolsos de principal vinculados à recuperação judicial totalizam aproximadamente R\$ 702,90 mil durante o período projetado. Considerados também os encargos financeiros específicos incidentes sobre essas obrigações, o fluxo total destinado à recuperação judicial atinge aproximadamente R\$ 759,50 mil ao longo dos dezoito anos.

Dessa forma, o fluxo de caixa projetado indica capacidade de cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial e das renegociações tributárias, desde que sejam preservadas as premissas de faturamento, geração operacional, controle de custos e despesas, regularidade tributária e disciplina na gestão financeira. A principal necessidade de atenção concentra-se nos seis primeiros exercícios, período em que será indispensável assegurar adequada gestão do capital de giro e disponibilidade financeira suficiente para absorver os déficits temporários projetados.

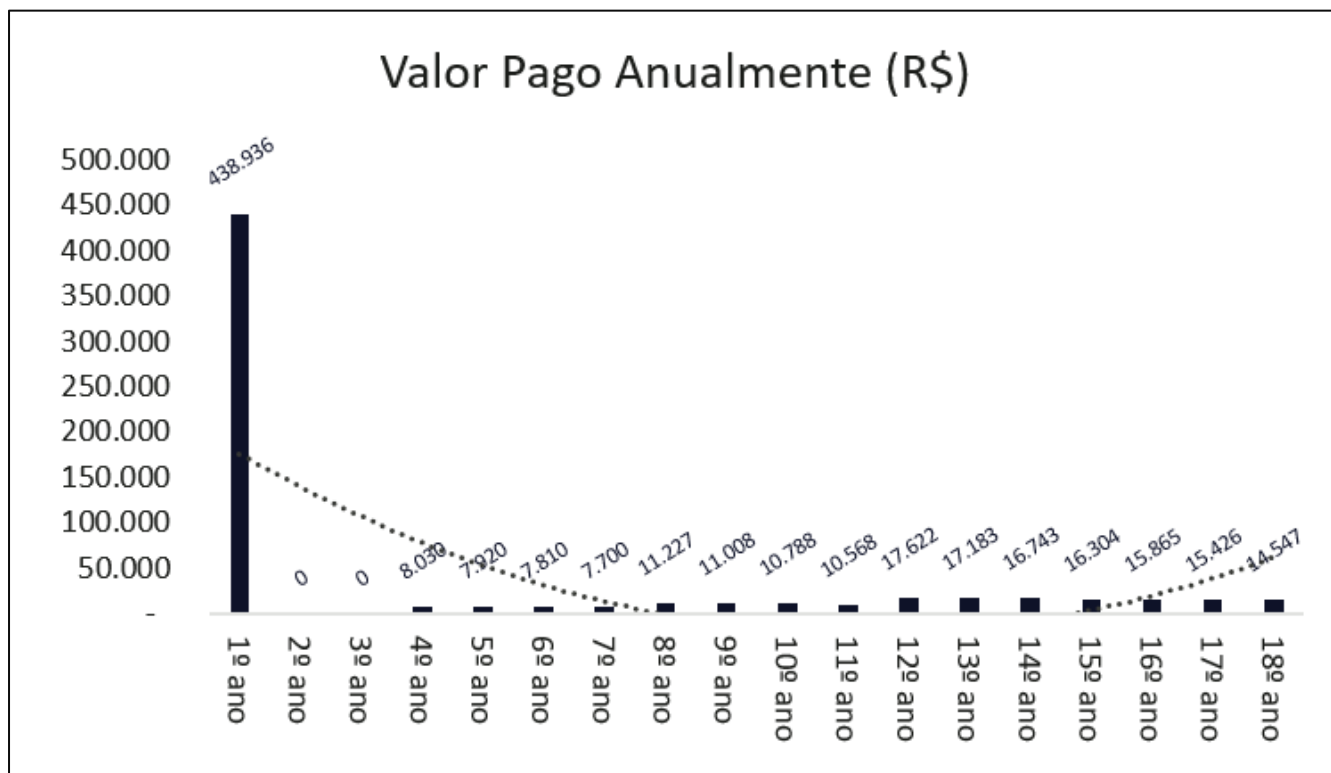
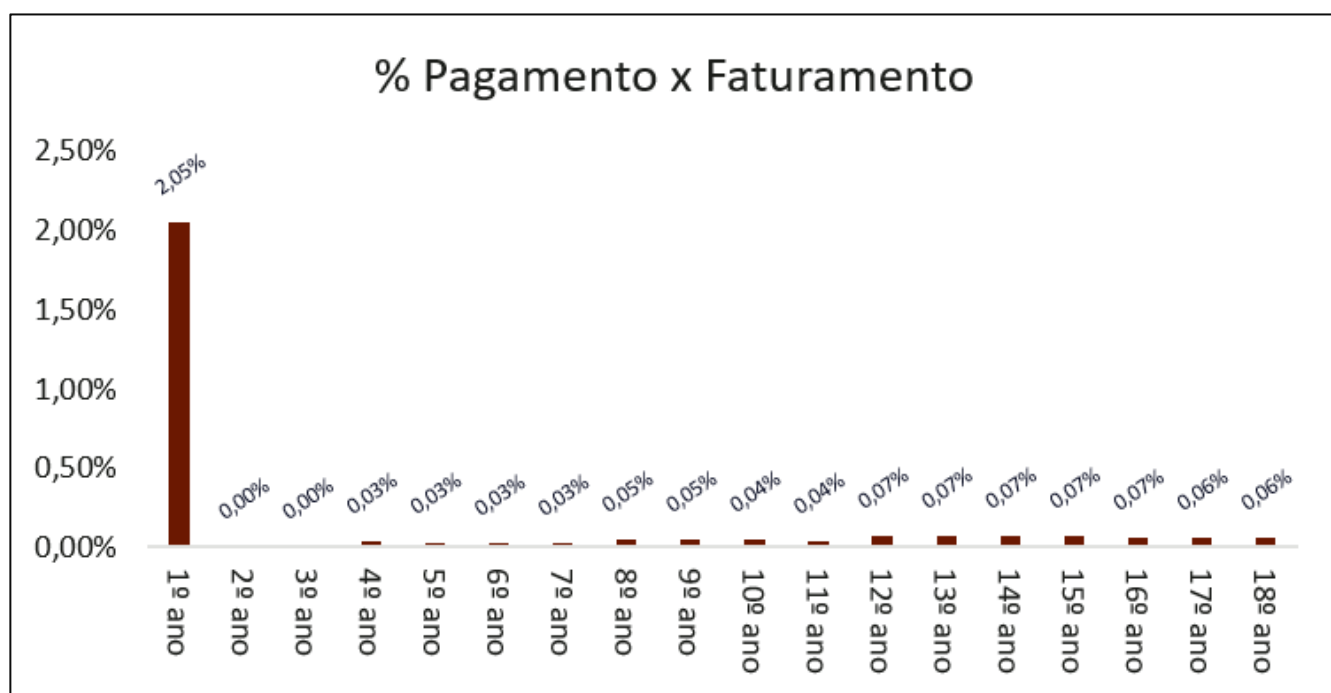
Análise do Fluxo de Caixa



Saldo da Dívida a Cada ano



Valor destinado a Pagamento de Credores



7. Considerações finais

O presente laudo de viabilidade econômico-financeira foi elaborado com base nas informações disponibilizadas pela administração da Icomalpi e da Primos Equipamentos, bem como nos dados contábeis, operacionais e financeiros apresentados para análise. As avaliações foram complementadas por projeções da Demonstração do Resultado do Exercício e do Fluxo de Caixa, estruturadas a partir de premissas consideradas compatíveis com a realidade atual das empresas e com as condições de desenvolvimento de suas atividades. As informações e documentos utilizados são de responsabilidade da administração e não foram submetidos a procedimento formal de auditoria independente.

As projeções econômico-financeiras foram elaboradas de forma prudente, considerando horizonte de dezoito anos. Para a receita operacional, adotou-se crescimento nominal de 3,0% ao ano até o quinto exercício, com estabilização a partir de então. Os custos variáveis foram projetados proporcionalmente à evolução da receita, enquanto os custos e despesas fixas foram reajustados em 3,0% ao ano até o quinto exercício, permanecendo estáveis nos períodos subsequentes. Para as despesas com mão de obra, considerou-se incremento de 5,0% ao ano até o quinto ano, com posterior estabilização.

No primeiro ano projetado, estima-se receita bruta de aproximadamente R\$ 21,42 milhões, EBITDA de R\$ 1,22 milhão e resultado líquido de R\$ 641,55 mil. As margens EBITDA e líquida correspondem, respectivamente, a 5,68% e 3,00% da receita bruta, demonstrando capacidade de geração operacional positiva desde o início do período analisado.

Entre o primeiro e o quinto exercício, a receita bruta apresenta crescimento gradual, atingindo aproximadamente R\$ 24,10 milhões. No mesmo intervalo, observa-se redução do EBITDA de R\$ 1,22 milhão para aproximadamente R\$ 1,11 milhão, com compressão da margem EBITDA de 5,68% para 4,59%. Esse comportamento decorre principalmente do crescimento dos custos com mão de obra em ritmo superior ao crescimento da receita, constituindo um dos principais pontos de atenção durante a fase inicial da reestruturação.

Apesar da redução da margem operacional, o resultado líquido permanece positivo durante todo o horizonte projetado. No primeiro ano, alcança aproximadamente R\$ 641,55 mil e, no quinto exercício, corresponde a cerca de R\$ 541,08 mil. A partir do sexto ano, com a estabilização das principais variáveis operacionais e a redução dos encargos financeiros, o resultado líquido passa a se manter em aproximadamente R\$ 598,40 mil anuais.

No acumulado dos dezoito anos, as projeções indicam receita bruta total de aproximadamente R\$ 427,04 milhões, EBITDA de R\$ 20,22 milhões e resultado líquido de cerca de R\$ 10,70 milhões. As margens acumuladas correspondem a aproximadamente 4,74% para o EBITDA e 2,50% para o resultado líquido. Os indicadores demonstram uma operação economicamente positiva ao longo do período projetado, embora caracterizada por margens relativamente reduzidas e, conseqüentemente, sensíveis a oscilações relevantes nas receitas, custos e despesas.

O fluxo de caixa projetado evidência maior pressão financeira durante os seis primeiros anos, período em que se concentram os pagamentos relacionados às obrigações tributárias, concursais, extraconcursais e demais compromissos financeiros considerados na projeção.

O primeiro exercício apresenta geração líquida positiva de aproximadamente R\$ 87,40 mil, enquanto os exercícios seguintes registram déficits temporários, decorrentes principalmente da concentração dos desembolsos financeiros durante essa etapa do processo de reestruturação.

Como consequência, o saldo acumulado de caixa atinge seu ponto mínimo no sexto ano, alcançando aproximadamente R\$ 265,10 mil negativos. Esse montante representa a necessidade máxima de cobertura financeira identificada na projeção, caso as empresas não disponham de saldo inicial de caixa suficiente ou de fontes adicionais de capital de giro. Dessa forma, a adequada gestão da liquidez durante os primeiros exercícios constitui elemento fundamental para a sustentação das operações e para o cumprimento das obrigações previstas.

A partir do sétimo ano, com a redução substancial das amortizações tributárias e dos demais compromissos financeiros concentrados nos exercícios iniciais, o fluxo de caixa líquido passa a superar R\$ 530 mil anuais. Essa recuperação permite a recomposição do saldo acumulado ainda no próprio sétimo exercício, iniciando trajetória crescente de formação de disponibilidade financeira. Ao final do décimo oitavo ano, projeta-se saldo acumulado de aproximadamente R\$ 6,59 milhões.

Os desembolsos de principal vinculados à recuperação judicial totalizam aproximadamente R\$ 702,90 mil durante o horizonte projetado. Considerados os encargos financeiros específicos incidentes sobre essas obrigações, o fluxo total destinado ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial alcança aproximadamente R\$ 759,50 mil. Para fins de projeção, os créditos sujeitos ao plano foram atualizados mediante encargos de 6,0% ao ano, acrescidos da variação estimada da Taxa Referencial (TR), conforme as condições consideradas no Plano de Recuperação Judicial.

Também foram contempladas as obrigações de natureza tributária, considerando estratégias distintas de regularização conforme a natureza dos débitos. Para os tributos federais, foram consideradas renegociações tributárias individualizadas, enquanto para as obrigações estaduais e municipais foram adotadas premissas de renegociação e parcelamento em modalidades ordinárias. A projeção contempla ainda os tributos incidentes sobre as operações correntes, bem como as provisões de IRPJ e CSLL.

A análise conjunta da DRE e do fluxo de caixa demonstra que a atividade operacional apresenta capacidade de geração de resultado e de recursos financeiros ao longo do período projetado. Todavia, a viabilidade econômico-financeira permanece condicionada à preservação das premissas adotadas, especialmente quanto ao nível de faturamento, controle dos custos e despesas, manutenção da margem operacional, regularidade tributária e cumprimento das condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial.

Os primeiros seis anos representam o período mais sensível da projeção, exigindo acompanhamento permanente da geração de caixa, gestão criteriosa do capital de giro, controle rigoroso dos custos e despesas e compatibilização dos desembolsos financeiros com a capacidade efetiva de pagamento das empresas. Eventuais desvios relevantes em relação às premissas projetadas poderão ampliar a necessidade de recursos financeiros e comprometer a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas.

Apesar das dificuldades econômico-financeiras enfrentadas, a Icomalpi e a Primos Equipamentos mantêm estrutura operacional, capacidade produtiva, conhecimento técnico e condições de continuidade de suas atividades. As projeções demonstram potencial para manutenção da geração de resultados positivos e posterior recomposição da disponibilidade financeira, desde que o processo de



reorganização seja conduzido de forma disciplinada e que as medidas previstas sejam efetivamente implementadas.

Diante das informações disponibilizadas, das premissas adotadas e das análises econômico-financeiras realizadas, conclui-se que a Icomalpi e a Primos Equipamentos apresentam viabilidade econômico-financeira no cenário projetado, condicionada à implementação das medidas de reorganização previstas, à adequada gestão do capital de giro e à manutenção das condições operacionais consideradas nas projeções.

Nesse contexto, a recuperação judicial constitui instrumento adequado para proporcionar o equacionamento organizado do passivo, a compatibilização das obrigações financeiras com a capacidade de geração de caixa, a preservação da atividade produtiva e a manutenção da continuidade empresarial, permitindo às recuperandas desenvolver o processo de reestruturação em condições compatíveis com sua capacidade econômico-financeira e com o cumprimento das obrigações assumidas perante seus credores.

Xanxerê/SC, 06 de outubro de 2026.

LFBOFF ASSESSORIA
ESTRATEGICA
LTDA:326835860001
22

Assinado de forma digital
por LFBOFF ASSESSORIA
ESTRATEGICA
LTDA:32683586000122
Dados: 2026.10.06
17:25:29 -03'00'

LFBoff Assessoria Estratégica

Luiz Fernando Boff
Economista
Corecon/SC 3.768

RENATO
GUINDANI:0
5579640919

Assinado de forma
digital por RENATO
GUINDANI:0557964091
9
Dados: 2026.10.06
17:28:44 -03'00'

LFBoff Assessoria Estratégica

Renato Guindani
Contador
CRC/SC 031884/0-7